



**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE NOSSA SENHORA DAS DORES/SE**

Processo: 202076200437

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ADAILSON DOS SANTOS**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.<sup>a</sup>, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente. Assim, supostamente na posse de todos os documentos pleiteia em esfera judicial indenização referente à INVALIDEZ PERMANENTE.

Em que pese o caráter social do Seguro Obrigatório DPVAT, o beneficiário legal da indenização tem que, necessariamente, preencher os requisitos legais para recebimento do referido seguro.

Após a análise da documentação fornecida pelo beneficiário legal da indenização é de suma importância, a fim de concluir se o sinistro é indenizável ou não.

Neste sentido, o sinistro foi cancelado administrativamente, tendo em vista que a parte não cumpriu as exigências da Lei que regula a matéria.

Noutro giro, após a nomeação de perito as partes apresentaram quesitos para que fosse verificado qual o grau de comprometimento da Invalidez apurada, tendo sido produzido o laudo acostado.

#### **DA AUSÊNCIA DE NEXO CAUSAL**

##### **(AUSÊNCIA DE BOLETIM DE ATENDIMENTO MÉDICO)**

Para o recebimento do seguro DPVAT, prevê a Lei nº. 6.194/74, modificada pela Lei nº 11.482/07 e 11.945/09, que a sequela que serve de lastro à pretensão indenizatória advenha do acidente de trânsito do qual teria sido vítima a parte Autora. Isto é, para fazer jus ao recebimento de qualquer valor a título de indenizatória obrigação, incumbe à parte promotora o ônus de demonstrar a existência de nexo de causalidade e efeito entre o acidente noticiado e a lesão (que ocasionou a invalidez).

Resta claro, pela documentação carreada ao feito, que não existe comprovação cabal de que as lesões da vítima decorrem diretamente do acidente narrado na vestibular, e, conseqüentemente, o nexo de causalidade entre o evento danoso e as lesões alegada, haja vista que não foi carreado o necessário boletim de atendimento médico.

Em verdade, inexistente qualquer documento que comprove o atendimento prestado na data do acidente e, em consequência, as lesões decorrentes do acidente.

Assim, as documentações médicas acostadas aos autos não estão aptas a informar que a parte autora está acometido por lesões que lhe causaram invalidez permanente, tal como qual seria a sua graduação.

Dessa forma, os documentos juntados aos autos, noticiadores da ocorrência de acidente de trânsito, é incapaz de formar o convencimento do magistrado acerca da efetiva existência do sinistro.

À vista disso, conclui-se que a documentação médica que se encontra nos autos NÃO ESTÁ APTA A COMPROVAR QUE HÁ NEXO DE CAUSALIDADE ENTRE AS SUPOSTAS LESÕES APRESENTADAS PELO DEMANDANTE E À OCORRÊNCIA DO ACIDENTE DE TRÂNSITO!

Dessa forma, requer sejam acolhidos os fundamentos expostos, para que sejam julgados improcedentes e o processo extinto na forma do art. 487, I, do CPC.

### **DO SUPOSTO TCE SOFRIDO EM RAZÃO DO ACIDENTE**

Além disso, em relação ao suposto TCE, não existem documentos médicos que comprovem o nexos causal com o sinistro ocorrido em 25/03/2019.

Inicialmente, na petição inicial, o autor fundamenta o pedido de indenização somente suscitando uma lesão na perna:

5. A batida foi tão forte que fraturou a perna do autor em dois lugares, o que o levou a ficar 01 mês internado no Hospital de Urgência de Sergipe, consoante informa documentação anexa.

Além disso, mesmo o relatório de fl. 105, declara que a vítima faz acompanhamento médico em razão de acidente sofrido 1(um) ano antes, no entanto, o mesmo foi elaborado em 06/01/2021, logo, o acidente referido no documento em questão ocorreu no ano de 2020, não tem relação com o sinistro em tela:

**NOME: Adailson dos santos**

**Paciente em acompanhamento neurológico por TCE grave por acidente de moto há 1 ano, com fratura frontal D e contusões frontais em tratamento conservador, com melhora neurológica mas mantendo quadro sequelar de transtorno do comportamento moderado, de memória, humor e prejuízo social escolar.**

**TC de crânio: gliose frontal corticosubcortical- compatíveis com o quadro**

**Em vista disso não há conduta neurocirúrgica mas solicito avaliação para benefício de seguridade social pelo comprometimento definitivo neurológico.**

**CID: S06.2, S06.7, S06.5, F84**

Aracaju, 06 de janeiro 2021

Ora, em que pese o perito que elaborou o laudo pericial acostado, tenha indicado a necessidade por um especialista, como a lesão não foi sofrida em razão do acidente discutido nestes autos sequer deve ser avaliada.

Dessa forma, requer o julgamento da ação no estado em que se encontra, e considerando os fundamentos expostos, requer sejam julgados improcedentes os pedidos.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

NOSSA SENHORA DAS DORES, 17 de maio de 2022.

**KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ**  
**2592 - OAB/SE**